



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 168/18 – sexta-feira, 25 de janeiro

Jornal Diário do Amazonas

Capa – 03

Coluna Claro & Escuro – 04

Maia faz alerta sobre riscos dos incentivos da Zona Franca – 05

Para prefeito, ZFM precisa de revitalização como saída para novos investimentos – 06

Alfândega descobre esquema de fraude com bicicletas da ZFM – 07

Jornal do Comercio

Coluna Follow-Up Empresarial: Amazonas 2019, a batalha pelo reconhecimento – 08

Ordem é manter rodízio de trabalhadores – 09





Nome forte para Suframa aguarda nomeação oficial

Nome cogitado como certo para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o coronel da reserva Alfredo Alexandre de Menezes Junior, aguarda a nomeação há quase um mês. Alfredo já participou, inclusive, de reuniões em Brasília com o governador Wilson Lima, o secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec), Carlos da Costa, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, no último dia 15. Ele chegou a ser citado no site do próprio ministério como superintendente, apesar da nomeação ainda não ter sido publicada no Diário Oficial da União (DOU). Na pauta, a desburocratização e modernização do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM). Enquanto isso, na sede da Suframa, a principal autarquia federal da região, que trata da política de incentivos fiscais, os funcionários e diretoria aguardam a definição do governo federal. Em compasso de espera, o superintendente Appio Tolentino despacha normalmente no aguardo da assinatura da caneta BIC do presidente Bolsonaro.

Maia faz alerta sobre riscos dos incentivos da Zona Franca

Benefícios Fiscais Presidente da Câmara, Rodrigo Maia diz que equipe econômica tem dúvidas sobre eficácia de incentivos

Asafe Augusto
Redacao@diarioam.com.br

Manaus

Em visita a Manaus, o deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ) afirmou, nesta última quinta-feira (24), que a equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem dúvidas sobre os incentivos da Zona Franca de Manaus (ZFM) e ressaltou que há preocupação pelo fim do modelo econômico do Estado, ao alertar que o Polo Industrial necessita de apoio. A declaração foi dada antes de embarcar para Brasília, no fim da tarde, após ter uma reunião a portas fechadas para pedir apoio da

bancada do Amazonas para a sua reeleição à presidência da Câmara dos Deputados.

“Continuo apoiando a Zona Franca, vamos dialogar com a nova equipe econômica que tem algumas dúvidas, mas a gente tem que mostrar que o incentivo aqui gera emprego e na outra ponta gera impostos”, disse.

“É uma preocupação grande de todos nós, dos deputados do Amazonas e minha, também. Compreendo e apoio a Zona Franca, que teve um papel decisivo no desenvolvimento da região, na preservação do meio ambiente, e na geração de emprego numa região que ainda tem muita dificuldade de infraestrutura, mas no passado era maior ainda”,



Visita Rodrigo Maia ressaltou que há preocupação com a manutenção dos benefícios fiscais da Zona Franca

comentou.

O parlamentar disse, ainda, que é a favor da reforma tributária, mas se deve observar a garantia dos incentivos para indústria do Amazonas.

“Todo mundo é a favor que o sistema tributário seja, no mínimo, simplificado. Mas, temos que tomar cuidado, pois a reforma implica em discutir incentivos fiscais e não podemos abrir mão da Zona Franca que preservou a floresta e gera empregos”, ponderou.

Conforme Rodrigo Maia, outro compromisso é com o desenvolvimento econômico

do Estado, por meio do turismo, e na melhoria da infraestrutura. “O Norte tem uma estrutura muito precária. Isso precisa ser melhorado para novos incentivos serem discutidos”, pontuou.

Apoio

Sobre a disputa à presidência da Câmara Federal, o deputado disse que espera contar com o apoio de todos os políticos do Amazonas. Sete parlamentares participaram da reunião, Alberto Neto (PRB), Pablo Oliva (PSL), Silas Câmara (PRB), Sidney Leite

(PSD), Marcelo Ramos (PR) e Bosco Saraiva (SD) e Omar Aziz (PSD). Não foram à reunião José Ricardo (PT) e Átila Lins (PP).

“Eu gostaria de não ter pedido o apoio, e que todos já dissessem (risos). Eles queriam primeiro me ouvir, sobre meus compromissos com o Amazonas e a Zona Franca. Eu reafirmei que, historicamente, tenho defendido os interesses da região e vou continuar defendendo como deputado do Rio de Janeiro e do Brasil”, afirmou, ao se dizer confiante com o apoio.

Para prefeito, ZFM precisa de revitalização como saída para atrair novos investimentos

Ao prever um duro debate quando iniciarem as tratativas sobre a Zona Franca de Manaus (ZFM) no Planalto e no Congresso Nacional, o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto (PSDB), em novo artigo de uma série relacionada ao Polo Industrial de Manaus (PIM), destacou, mais uma vez, que o parque local precisa passar por revitalização e reformas para atrair novos segmentos para a capital amazonense.

Para o prefeito, com o debate sobre o assunto em âmbito nacional, virão à tona justas razões em defesa da permanência da ZFM, além de pensamentos preconceituosos que evidenciarão o desconhecimento e alienação de alguns sobre a região mais estratégica

do País. Arthur Neto ressaltou, ainda, a importância de que nos debates não sejam colocados apenas os pontos negativos, mas sim, sugestões para a recuperação do PIM.

“Sugiro que os mandatários pensem em revitalizar nosso parque industrial, reformando sua infraestrutura, investindo em formação de mão de obra, em capital intelectual, em inovação tecnológica. E nos possibilitando atrair novos polos, compostos por produtos que, aqui no nosso quadrado, mal sabemos que já existem. Tamanha a velocidade das transformações que se estão processando nessa revolução tão rápida quanto intensa e exigente, no campo da tecnologia mais fina e sofisticada”, destacou o prefeito, em



Defesa “Nosso objetivo inarredável é salvar a Zona Franca”, destaca o prefeito Arthur Neto, em mais um artigo sobre o modelo de desenvolvimento

novo artigo feito em sua página do Facebook.

Para Arthur, debates em alto nível, com pessoas qualificadas e pertencentes à alta es-

fera das decisões governamentais, devem ser realizados em Manaus e fora do Estado para discutir medidas para defender o modelo da ZFM.

“Devemos estar preparados para esse debate, na mídia e onde mais tiver de ser. Fui convidado por uma revista de circulação nacional para seminário sobre Amazônia, que acontecerá em maio, em São Paulo. Só ainda não conheço detalhes, tipo quem moderará o encontro e com quem debatarei, mas participarei de quantos debates, de alto nível, me sejam propostos”, pontuou o prefeito.

Finalizando seu artigo, Arthur Neto ressaltou que o objetivo de todos os amazonenses é salvar a Zona Franca de Manaus. “Nosso objetivo inarredável é salvar a Zona Franca, nela empregar os recursos da biodiversidade, participar, em posição de honra, da quarta revolução Industrial. Se, porém, o governo nos ajudar a compor, sistemicamente, outras economias, agradeceremos! Nunca, porém, negociar a existência de um passado brilhante e um futuro idem, se o modelo for reformado profundamente e não bisonhamente boicotado”, finalizou o prefeito Arthur.

Alfândega descobre esquema de fraude com bicicletas da ZFM

Produtos Na operação foram apreendidas, aproximadamente, R\$ 400 mil em bicicletas e peças de reposição, produzidas no Polo Industrial de Manaus

Da Redação

Redacao@diarioam.com.br

Manaus

O Serviço de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Serep) da Alfândega do Porto de Manaus, durante fiscalização no Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas (CTCE) dos Correios, descobriu uma fraude milionária na venda de bicicletas produzidas com isenção fiscal no Polo Industrial de Manaus (PIM).

Na operação foram apreendidas, aproximadamente, R\$ 400 mil em bicicletas e peças de reposição, produzidas no Polo Industrial de Manaus, que foram adquiridas por uma empresa comercial e estavam sendo remetidas para outros Estados da federação sem o recolhimento de tributos devidos e sem passar pelo obrigatório controle fiscal Federal



Wilson Dias/ABr

Internação Peças de bicicletas iriam para outros Estados sem pagar impostos

de saída da Zona Franca de Manaus (ZFM). Foi também apurado pela fiscalização que a empresa comercial, cujo o nome não pode ser revelado devido ao sigilo fiscal, havia revendido mais de R\$ 8,5 milhões em bicicletas e peças para fora de Manaus sob o mesmo modo de operação.

Empresas instaladas na ZFM produzem com benefi-

cios fiscais concedidos sob a forma de redução ou isenção de tributos de competência da União, tais como Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Na venda desses produtos para o restante do território nacional deve ser realizado o re-

gistro da Declaração de Controle de Internação (DCI), documento hábil para comprovar o pagamento ou isenção dos tributos devidos na saída da Zona Franca.

As mercadorias apreendidas durante a operação estavam sendo enviadas para outros Estados brasileiros sem o registro de DCI e sem a devida autorização da Receita Federal do Brasil, que de acordo com o art. 39 do Decreto-lei n. 288/67, equipara-se a contrabando, crime tipificado no Artigo 334-A do Código Penal Brasileiro. Por essa razão, as irregularidades apuradas na operação, além de implicarem na apreensão e perda das mercadorias, podem acarretar pena de 2 a 5 anos de reclusão para os envolvidos, que é a prevista para a prática do referido crime na legislação penal.

Estima-se que o auto de infração aplicado à empresa possa alcançar os R\$ 9 milhões.



Follow-Up
EMPRESARIAL

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Amazonas 2019: a batalha pelo reconhecimento!

Durante a entrevista no Programa Roda Viva, da TV Cultura do Amazonas, no último dia 10, o presidente do CIEAM, Wilson Périco, insistiu na tese de que o Brasil e os contribuintes precisam saber mais o que fazemos com os incentivos fiscais e, a partir disso, dar a conhecer os avanços de nossa economia. Esta mesma tese foi detalhada em seu artigo mensal no Espaço da Indústria, no jornal A Crítica desta terça-feira. "Há uma onda alarmista sobre o risco do novo governo extinguir ou reduzir vantagens fiscais da Zona Franca de Manaus. A rigor, o desconhecimento das autoridades econômicas a respeito dos verdadeiros resultados do modelo para o País e para a região os levam a posicionamentos que nos preocupam." Para o líder empresarial, é necessário visitar a História e buscar no passado essa relação, às vezes complicada, entre o Brasil e nossa região.

"Assim, mais facilmente podemos compreender o presente". Ele recorda que, durante três décadas, de 1880 a 1910, com o I Ciclo da Borracha, contribuímos com 45% do PIB do Brasil, portanto, já naquele momento, ao lado de alguns poucos Estados, ajudávamos a levar o País nas costas". Faltou, apenas, num momento em que só a Amazônia produzia o látex, fazer o dever de casa, que seria construir, com a riqueza aqui gerada, uma infraestrutura industrial, em lugar de exportar matéria-prima.

Deitado em berço esplêndido

Wilson foi didático em seu artigo. "A partir do final da II Guerra Mundial, com a nova quebra da economia no II Ciclo da Borracha, tivemos uma participação menor no PIB, porém, perdemos novamente a mesma oportunidade de estruturar a economia da borracha... Como já havia acontecido, voltamos a

depende dos cofres federais. Ou seja, não implantamos infraestrutura nem mapeamos os negócios da biodiversidade, além da Hévea brasileiroses. "Diziam os mais antigos que as grandes oportunidades não batem duas vezes em nossa porta. Com o Amazonas foi diferente. Em 1967, bateu quando foi criada, no Regime Militar, a Zona Franca de Manaus. O governo bateu em nossa porta, na célebre visita do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, então Presidente da República, atendendo demandas das classes produtoras locais, com a criação da ZFM. Até então, com a atividade econômica tímida, dependíamos quase integralmente das migalhas federais. A propósito, Périco foi enfático: "Passado 52 anos, temos orgulho de ter cumprido nossa parte, gerando emprego e renda para redução das desigualdades regionais, proteção da floresta e

seus preciosos e gratuitos serviços ambientais, para o país e para o planeta". Os empregos gerados a partir de Manaus, estima-se, são mais 2 milhões, sublinhou o dirigente do CIEAM, na somatória de postos de trabalho ao longo de toda a cadeia produtiva dos itens aqui fabricados. "Quem consegue um desempenho deste calibre com apenas 10%, segundo a Receita Federal, da renúncia fiscal do País. Aliás, isso não é renúncia, é contrapartida, pois o Amazonas é um dos 8 estados que mais recolhe do que recebe dos cofres da União. Somos, pois, um excelente negócio para o país".

Com a tábua da Lei

"Teremos que tomar um remédio amargo com as mudanças que ocorrerão na nova política fiscal em gestação. Taremos que aprender a competir e também a exigir que a aplicação dos recursos aqui gerados seja

feita na região. Não faz sentido confiscar a riqueza gerada com incentivos de uma região remota e empobrecida. A Carta Magna autoriza nossa contrapartida fiscal sob o argumento dessa redução das desigualdades regionais. Entretanto, mais de 54% daquilo que as empresas geram de riqueza é confiscado pelo Caixa Único. Estamos dispostos a encarar o amargo da mudança, aliás, já temos a questão dos concentrados e até os incentivos da SUDAM como doses desse "remédio", ou seja, a dose de remédio que compete ao Estado do Amazonas, para "curar" o desastre fiscal do País já foi dada.

(In)Segurança jurídica

"Por outro lado, devemos, no estrito cumprimento da Lei, exigir que a Suframa e seu qualificado Superintendente, recupere a autonomia institucional, administrativa e financeira da

Autarquia. Não podemos ficar à mercê de burocratas - eles costumam mudar as regras do jogo depois do pontapé inicial - que definem o que pode e o que não pode ser fabricado em Manaus. Não podemos depender de conchavos dos ambientalistas que boicotam a recuperação da BR319, construída em 1975, pelo Governo Militar e, há duas décadas, abandonada pela União. Estamos otimistas, acreditamos que, sem prejuízo das regiões mais empobrecidas, o estado burocrático tem que ser reduzido. Acreditamos que haverá maior transparência, maior participação da livre iniciativa, concorrência saudável, diversificação e regionalização da economia, ampliação de negócios e de novas oportunidades, para as quais não temos razão alguma para deixar passar, e desperdiçar a construção da prosperidade geral como fizemos historicamente."

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes, cieam@cieam.com.br



Empregos temporários no PIM ainda precisam de contexto adequado para se tornarem efetivos

Ordem é manter rodízio de trabalhadores

MARCO DASSORI
redacao@cam.com.br

Há dúvidas se os trabalhadores temporários do PIM (Polo Industrial de Manaus) contratados no último trimestre de 2018, para a demanda adicional das festas de fim de ano, serão efetivados. A validade da maior parte dos contratos de trabalho expira até fevereiro, mas as lideranças laborais e patronais avaliam que, apesar da confiança do empresariado no ambiente de negócios que emergiu a partir da posse do novo governo federal, é cedo demais para apostar em contratações.

As notícias mais recentes não são positivas. Um total de 12 indústrias do PIM já mandou embora em torno de 1.000 trabalhadores em janeiro, conforme o Sindmetal (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas). A maioria dos desligamentos foi registrada nas linhas de produção de condicionadores de ar e de máquinas de automação.

O presidente da entidade, Valdemir Santana, destaca que todos os empregados em questão eram efetivos, com “muitos anos” de atuação nas empresas. “Tenho que ser otimista. Mas, não vejo os novos governos falando da necessidade urgente de garantir empregos. E lembro que, há exatamente um ano, o panorama era de contratações. Não de demissões”, comparou.

Na próxima semana, o Sindmetal deve tentar um novo acordo com as empresas para assegurar vaga para pelo menos 5.000 temporários no Distrito Industrial, a partir de fevereiro. A expectativa é que o combinado siga parâmetros semelhantes aos registrados em junho de 2018, com a diferença de que menos empresas estarão envolvidas.

“Aquele acordo superou nossas expectativas: conseguimos chegar perto dos 6.000 temporários. Em 2018, fechamos com 18 fábricas, mas dessa vez vamos tratar com cinco ou seis. Muitas acabaram ficando no caminho e não cumpriram. As empresas têm

capacidade para isso e, com um número menor envolvido, fica mais fácil de fiscalizar”, analisou.

Reforma Trabalhista

Boa parte das dispensas se deve mais à flexibilidade trazida pela Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização, do que ao refluxo da demanda, segundo o Sindplast (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Plástico de Manaus). A entidade destaca que boa parte do segmento está preferindo terceirizar a atividade fim. Dos 9.000 trabalhadores atuantes nas 84 fábricas do polo termoplástico, em torno de 2.000 são terceirizados. De novembro de 2018 até a primeira quinzena de janeiro de 2019, as indústrias do subsetor plástico do PIM demitiram mais de 720 trabalhadores efetivos para dar lugar aos terceirizados.

“Não há razão para otimismo. A rotatividade aumentou muito e a maioria das terceirizadas não paga benefícios. Um trabalhador temporário ganha R\$ 1.350, em média, com todos os direitos, pois



Produção por sazonalidade coloca o ritmo do emprego numa “gangorra” no Distrito

é celetista. Já um terceirizado recebe apenas o salário mínimo e quase mais nada. E, por conta disso, não vê motivo para vestir a camisa da empresa”, desabafou o presidente do Sindplast, Francisco Brito.

Em sua convenção coletiva, o sindicato procurou incentivar as contratações, ao permitir as fábricas do segmento trabalhar com até 50% de mão de obra temporária, desde que não empregassem terceirizados. “Mas, as empresas não são obrigadas a seguir isso e, infelizmente, estão considerando mais interessante terceirizar mesmo”, lamentou.

Demanda sazonal

O presidente da Fieam (Fe-

deração das Indústrias do Estado do Amazonas), Antonio Silva, lembra que as empresas procuram, com a terceirização, otimizar despesas em um ambiente de crise. E acrescenta que, enquanto a demanda de mercado brasileiro se mostrar sazonal e não contínua, não será possível para as fábricas operarem com contratos de trabalho de “prazo indeterminado”.

“A indústria está confiante e a tendência é aproveitar a mão de obra, desde que haja produtividade. Mas, os governos mal assumiram e ainda não dá para ter um diagnóstico preciso para sentir qual será o verdadeiro rumo da economia nos

próximos meses. Creio que a maior parte dos contratos será prorrogada por mais tempo, mas é cedo demais para falar em efetivação”, ponderou.

O Jornal do Commercio procurou entrar em contato também com a SRTE/AM (Secretaria Regional de Trabalho e Emprego do Estado do Amazonas) para obter dados mais aprofundados sobre a questão e ouvir o atual superintendente, Gilvan Mota. Mas, foi informado pela assessoria de imprensa que, em virtude da extinção do Ministério do Trabalho e demais mudanças institucionais na área, o órgão está impossibilitado de fornecer informações ou emitir qualquer declaração.